

Centrão* consegue 317 assinaturas para os cinco anos



Ulysses e Covas conversam durante a reunião da bancada do PMDB no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados

Senador pede a renúncia de Covas

Da Sucursal de Brasília

Suspensa às 11h50 por falta de quórum, a reunião da bancada do PMDB no Congresso constituinte, ontem, serviu apenas para colocar em xeque a posição do senador Mário Covas (PMDB-SP) como líder do partido na Constituinte. Isto foi feito através do senador Leite Chaves (PMDB-PR), que pediu a renúncia de Covas da liderança e a indicação, pela bancada, de um novo líder.

"Se ele não é capaz de juntar toda a bancada deveria colocar o cargo à disposição", disse Leite Chaves, 59, acrescentando que começará a circular entre toda a bancada uma "moção de confiança", para saber quem é a favor ou contra a permanência de Covas na liderança. Covas ouviu em silêncio o discurso de Chaves, no auditório Nereu Ramos, na Câmara. "Não tenho nenhum comentário a fazer", limitou-se a dizer.

Convocada há uma semana por Covas, a reunião deveria ter começado às 9h, mas só começou às 10h30. Vieram apenas 110 dos 300 parlamentares do PMDB. Quase todos os 151

peemedebistas do Centrão, o bloco suprapartidário do Congresso constituinte, decidiram boicotá-la. Sem maioria absoluta (151 peemedebistas), a reunião não pôde decidir sobre nenhum dos itens da pauta.

Havia três itens: o aceleramento dos trabalhos do Congresso constituinte, a hipótese de inversão da pauta de votação em plenário (o que permitiria a votação antecipada do mandato do presidente Sarney e do sistema de governo) e uma discussão sobre os temas mais polêmicos do Congresso constituinte. Covas, sem quórum, limitou-se a dizer que convocará nova reunião no final do mês.

Se os peemedebistas do Centrão tivessem vindo, a reunião teria se transformado numa espécie de acerto de contas entre a esquerda e a direita do partido. Foi o que deixou claro o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), ao pedir "a expulsão dos que traíram o partido" —isto é, os membros do Centrão. O efeito, porém, foi o inverso, e o discurso mais contundente foi o de Leite Chaves.

Chaves foi à tribuna e disse: "Não seria a hora de retificar o mandato

do líder Mário Covas, quando metade da bancada não o segue? Seria possível manter esta liderança quando ela tem um visível conflito com o presidente da República e dificuldade de diálogo com o presidente do partido?". Leite Chaves disse que a "reavaliação" da liderança poderia "juntar novamente o partido". Não houve nem aplausos nem vaias.

A intervenção de Chaves expôs um novo aspecto da divisão do PMDB entre seu bloco de esquerda, que segue Covas (ainda assim com restrições a seu estilo, considerado centralizador), e a direita, que se aglutina em torno do Centrão. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, porém, discordaram da proposta de Chaves.

Depois do discurso, o senador paranaense (que não é do Centrão) continuou suas críticas a Covas: "Ele não dialoga, ele não ouve. Não é que ele é vaidoso, ele é orgulhoso". Ontem, até um deputado da esquerda do partido como José Costa (PMDB-AL) reconheceu que a reunião "foi um desastre" e não deveria ter sido convocada.

Da Sucursal de Brasília

Chegou a 317 o número de adesões à emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que fixa em cinco anos o mandato do presidente José Sarney. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 57, disse ontem que a emenda "é um documento da mais alta importância", mas admitiu que "cada assinatura não representa necessariamente um voto".

A emenda foi protocolada na Secretaria Geral da Mesa do Congresso constituinte, às 19h45. Ela é o resultado do trabalho do grupo suprapartidário Centrão. As assinaturas obtidas garantem à emenda a preferência de votação, em plenário, sobre as

demais emendas referentes ao mandato de Sarney, por terem ultrapassado 280 adesões (50% mais um dos 559 constituintes).

Sant'Anna esteve de manhã no Palácio do Planalto e disse que o presidente Sarney ficou "muito feliz" com as 317 assinaturas. Sant'Anna observou que 155 peemedebistas assinaram a emenda (o partido tem 350 parlamentares). Embora reconheça que as emendas não significam a garantia de aprovação dos cinco anos em plenário, disse que elas "são um vínculo de grande importância".

Sant'Anna negou que os governadores do PMDB favoráveis a quatro anos possam influir na votação final dos que assinaram a emenda. Disse que os parlamentares passíveis de

pressão desses governadores não assinaram.

Parlamentarismo

A segunda frente de batalha do governo, agora, é impedir a aprovação do parlamentarismo. Uma emenda do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) conseguiu ontem 325 assinaturas para manter o presidencialismo. Esta emenda foi resultado do trabalho conjunto de presidencialistas de diferentes tendências.

Segundo Sant'Anna, os deputados Vivaldo Barbosa e Theodoro Mendes (PMDB-SP), mais o senador Edison Lobão (PFL-MA) trabalharam em conjunto para elaborar uma emenda presidencialista única, capaz de superar o limite da maioria absoluta do plenário (280).

Quem é o deputado federal Matheus Iensen

Da Sucursal de Brasília

Líder da igreja Assembléia de Deus, cantor evangélico com 19 discos gravados, empresário, o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) colheu de surpresa a esquerda do PMDB e a esquerda em geral, no Congresso constituinte, quando conseguiu mais de 300 assinaturas para a sua emenda que propõe cinco anos de mandato para o presidente José

Sarney, quando todo o mundo pensava que os quatro anos estavam garantidos.

Com 51 anos, casado, sem qualquer formação acadêmica, Iensen é o típico peemedebista do Centrão que os "históricos" querem exorcizar do partido. Não conseguiu se eleger deputado em 1982, pelo PDS, trocou de partido, foi para o PMDB e conseguiu 79.758 votos. Mais: disse

que a Constituição só ficará pronta "em julho", para desespero de toda a cúpula do PMDB, que lançou o slogan "Constituição-já".

Iensen é sócio-fundador da Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno, dono da rádio Marumby, de Curitiba (PR), da gravadora "Estrela da Manhã", também de Curitiba, e do jornal "Diário da Manhã", de Florianópolis (SC).

Plenário pode votar temas em bloco

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) disse ontem que o plenário do Congresso constituinte poderá aprovar em bloco, numa única votação, todas as matérias sobre as quais há consenso entre a maioria dos parlamentares. A votação ocorreria sem seguir a ordem dos artigos do projeto constitucional e permitiria agilizar os trabalhos do Congresso constituinte.

Esta proposta está sendo discutida com os líderes de todos os partidos, disse Ulysses, presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara. Se for aprovada, permitirá votar de uma só vez 80% do texto constitucional. O plenário, a partir daí, se concentraria exclusivamente nas matérias polêmicas.

Para isso, é necessária a concordância de todos os partidos, pois a proposta implicaria em burlar o regimento, que prevê votação pela ordem crescente dos artigos. "Esse esforço de tática (sic) regimental permitirá dar mais velocidade à votação", disse Ulysses, ontem.

Ele fez questão de distinguir a votação dos temas consensuais da proposta de inversão da pauta pela qual seriam votados antes dos demais os artigos sobre o mandato do presidente José Sarney e o futuro sistema de governo — os dois itens mais polêmicos do Congresso constituinte.

Ulysses prefere manter, nestes dois itens, a ordem atual de votação. Por

esta ordem, o sistema de governo será votado quando for a plenário o "Título IV" do projeto da Comissão de Sistematização. Já o mandato de Sarney é matéria das Disposições Transitórias, o último item de votação. "Uma matéria desta relevância (mandato de Sarney) não pode gerar frustração, e os derrotados se desmotivariam", disse Ulysses, sobre a hipótese de inversão da pauta.